Câmara de Vereadores
Do Município de Independência

Estado do Rio Grande do Sul

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2024



EVERTON DA ROSA:96267020010
Assinado digitalmente por EVERTON DA ROSA:96267020010
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=AC VALID RFB V5, OU=AR ABSOLUTA CERTIFICADO DIGITAL, OU=Videoconferencia, OU=20520126000102, CN=EVERTON DA ROSA:96267020010
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Independência, RS
Data: 2025.02.19 13:58:37-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

EVERTON DA ROSA
Contador
CRC RS-076595/O-3

JOSE DA SILVA RICHTER:48575828053
Assinado digitalmente por JOSE DA SILVA RICHTER:48575828053
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A3, OU=Presencial, OU=31331140000176, OU=AC SyngularID Multipla, CN=JOSE DA SILVA RICHTER:48575828053
Razão: Eu estou aprovando este documento com minha assinatura de vinculação legal
Localização: Independência, RS
Data: 2025.02.21 11:15:35-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara
CPF 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

BALANÇO PATRIMONIAL

Data-base: 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO		
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.394,64	-
Créditos a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	5.268,95	2.238,38
Ativo Não circulante Mantido para Venda	-	-
VPD Pagas Antecipadamente	75,00	-
Total do Ativo Circulante	**9.738,59**	**2.238,38**
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	104.385,22	121.940,19
Intangível	-	-
Diferido	-	-
Total do Ativo Não Circulante	**104.385,22**	**121.940,19**
TOTAL DO ATIVO	**114.123,81**	**124.178,57**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.774,22	14.514,23
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartições a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
Total do Passivo Circulante	**1.774,22**	**14.514,23**
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
Total do Passivo Não Circulante	**-**	**-**
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	112.349,59	109.664,34
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Total do Patrimônio Líquido	**112.349,59**	**109.664,34**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**114.123,81**	**124.178,57**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Balanço Patrimonial
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
Data-base: 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	4.394,64	-
Ativo Permanente	109.729,17	124.178,57
Total do Ativo	**114.123,81**	**124.178,57**
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	4.394,64	-
Passivo Permanente	1.774,22	14.514,23
Total do Passivo	**6.168,86**	**14.514,23**
SALDO PATRIMONIAL (I-II)	**107.954,95**	**109.664,34**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Balanço Patrimonial
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
Data-base: 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias recebidas	-	-
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros atos potenciais ativos	-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos	**-**	**-**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias concedidas	-	-
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	-	-
Obrigações contratuais	-	27.600,83
Outros atos potenciais passivos	-	-
Total dos Atos Potenciais Passivos	**-**	**27.600,83**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Balanço Patrimonial
QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/64)
Data-base: 31/12/2024

FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
500	Recursos não Vinculados de Impostos	-	-
501	Outros Recursos não Vinculados	-	-
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos.	-	-
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-	-
541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-
542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-
544	Recursos de Precatórios do FUNDEF	-	-
550	Transferência do Salário-Educação	-	-
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	-	-
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-	-
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	-	-
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	-	-
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-	-
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-	-
572	Transferências de Municípios referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-	-
573	Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	-	-
574	Operações de Crédito Vinculadas à Educação	-	-
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-	-
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	-	-
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	-	-
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	-	-
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	-	-
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	-	-
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	-	-
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	-	-
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	-	-
622	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	-	-
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-	-
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-	-
633	Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-	-
634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	-	-
635	Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	-	-
636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-	-
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	-	-
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-	-

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Balanço Patrimonial
QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/64)
Data-base: 31/12/2024

FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	-	-
662	Transferências de Recursos dos Fundos Municipais de Assistência Social	-	-
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	-	-
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	-	-
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-	-
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-	-
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	-	-
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	-	-
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-	-
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-	-
706	Transferência Especial da União	-	-
707	Transferências da União – inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	-	-
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	-	-
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	-	-
710	Transferência Especial dos Estados	-	-
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.	-	-
712	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN	-	-
713	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP	-	-
714	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	-	-
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	-	-
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura	-	-
717	Assistência Financeira Transporte Coletivo – Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	-	-
718	Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário ICMS – Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	-	-
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	-	-
749	Outras vinculações de transferências	-	-
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-	-
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-	-
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	-	-
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	-	-
754	Recursos de Operações de Crédito	-	-
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	-	-
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	-	-
757	Recursos de Depósitos Judiciais – Lides das quais o Ente faz parte	-	-
758	Recursos de Depósitos Judiciais – Lides das quais o Ente não faz parte	-	-
759	Recursos Vinculados a Fundos	-	-
760	Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas	-	-
761	Recursos Vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	-	-
799	Outras Vinculações Legais	-	-
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-	-
801	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-	-
803	Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	-	-
860	Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	-	-
861	Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	-	-
862	Recursos de Depósitos de Terceiros	-	-
869	Outros Recursos Extraorçamentários	-	-

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Balanço Patrimonial
QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/64)
Data-base: 31/12/2024

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
880 Recursos Próprios dos Consórcios	-	-
898 Recursos a Classificar	-	-
899 Outros Recursos Vinculados	-	-
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**-**	**-**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Balanço Patrimonial
QUADRO DO DETALHAMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO
Data-base: 31/12/2024

ATIVO IMOBILIZADO	Saldo bruto	Depreciação acumulada	Saldo líquido
BENS MOVEIS	**138.211,38**	**69.826,16**	**68.385,22**
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	25.787,25	13.697,96	12.089,29
Bens de informática	63.462,38	32.648,15	30.814,23
Móveis e utensílios	25.315,95	10.338,07	14.977,88
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	23.312,80	13.141,98	10.170,82
Veículos	-	-	-
Peças e conjuntos de reposição	-	-	-
Bens móveis em andamento	-	-	-
Bens móveis em almoxarifado	-	-	-
Armamentos	-	-	-
Semoventes	-	-	-
Bens móveis - ativos de concessão	-	-	-
Demais bens móveis	333,00	-	333,00
BENS IMÓVEIS	**36.000,00**	**-**	**36.000,00**
Bens de uso especial	36.000,00	-	36.000,00
Bens dominicais	-	-	-
Bens de uso comum do povo	-	-	-
Bens imóveis em andamento	-	-	-
Instalações	-	-	-
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	-	-
Bens imoveis - ativos de concessão	-	-	-
Demais bens imóveis	-	-	-
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	**174.211,38**	**69.826,16**	**104.385,22**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Balanço Patrimonial
QUADRO DO DETALHAMENTO DA DÍVIDA ATIVA A RECEBER
Data-base: 31/12/2024

DÍVIDA ATIVA A RECEBER	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	**-**	**-**	**-**
Dívida ativa tributária dos impostos	-	-	-
Dívida ativa tributária das taxas	-	-	-
Dívida ativa das contribuições de melhoria	-	-	-
Dívida ativa das demais contribuições	-	-	-
Créditos não previdenciários inscritos	-	-	-
Créditos previdenciários inscritos	-	-	-
Demais dívidas ativas tributárias	-	-	-
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	**-**	**-**	**-**
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA A RECEBER	**-**	**-**	**-**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Data-base: 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.904.486,68	2.000.337,03
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.111,67	2.060,73
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.899.423,52	1.800.857,92
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	**3.805.021,87**	**3.803.255,68**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	1.009.231,93	985.850,21
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	21.091,01
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	315.874,94	271.122,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	547.019,48	648.160,58
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	1.908.804,30	1.803.490,14
Tributárias	-	-
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	21.405,97	23.085,83
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	**3.802.336,62**	**3.752.800,53**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)	**2.685,25**	**50.455,15**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Demonstração das Variações Patrimoniais
QUADRO DO DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
Data-base: 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Total dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
CONTRIBUIÇÕES		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Total das Contribuições	**-**	**-**
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		
Vendas de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Total da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**-**	**-**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	-	-
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**-**	**-**
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		
Transferências Intra Governamentais	1.904.486,68	2.000.337,03
Transferências Inter Governamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Total das Transferências e Delegações Recebidas	**1.904.486,68**	**2.000.337,03**
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
Reavaliação de Ativos	1.111,67	2.060,73
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Total da Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	**1.111,67**	**2.060,73**

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Demonstração das Variações Patrimoniais
QUADRO DO DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
Data-base: 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VPA a classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.899.423,52	1.800.857,92
Total das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**1.899.423,52**	**1.800.857,92**
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**3.805.021,87**	**3.803.255,68**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Demonstração das Variações Patrimoniais
QUADRO DO DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS
Data-base: 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS		
Remuneração a Pessoal	919.355,73	818.020,96
Encargos Patronais	89.876,20	167.829,25
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Total de Pessoal e Encargos	**1.009.231,93**	**985.850,21**
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	21.091,01
Total dos Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**-**	**21.091,01**
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		
Uso de Material de Consumo	51.456,75	39.606,81
Serviços	251.644,51	220.162,62
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.773,68	11.353,33
Total do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**315.874,94**	**271.122,76**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Remuneração Negativa de Depósitos Bancáros e Aplicações Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Aporte ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	-	-
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**-**	**-**
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
Transferências Intra Governamentais	547.019,48	648.160,58
Transferências Inter Governamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Total das Transferências e Delegações Concedidas	**547.019,48**	**648.160,58**
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	9.380,78	2.632,22
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	1.899.423,52	1.800.857,92
Total da Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	**1.908.804,30**	**1.803.490,14**
TRIBUTÁRIAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Total das VPD Tributárias	**-**	**-**

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Demonstração das Variações Patrimoniais
QUADRO DO DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS
Data-base: 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custos das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custos dos Serviços Prestados	-	-
Total dos Total de Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	21.405,97	23.085,83
Total das Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**21.405,97**	**23.085,83**
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**3.802.336,62**	**3.752.800,53**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

BALANÇO FINANCEIRO

Data-base: 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS		
Receita Orçamentária		
Recursos Não Vinculados	-	-
Recursos Vinculados (exceto RPPS)	-	-
Recursos Vinculados à Educação	-	-
Recursos Vinculados à Saúde	-	-
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	-
Recursos Vinculados à Previdência Social (exceto RPPS)	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	-	-
Demais Vinculações Legais	-	-
Outras Vinculações	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS	-	-
Recuros Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-	-
Recuros Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-
Recuros Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-	-
Total das Receitas Orçamentárias (II)	**-**	**-**
Transferências Financeiras Recebidas		
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.904.486,68	1.964.337,03
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	-	-
Total das Transferências Financeiras Recebidas (II)	**1.904.486,68**	**1.964.337,03**
Outras Movimentações Financeiras Recebidas		
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras	-	-
Desbloqueio de Valores em Caixa	-	-
Outras Movimentações Recebidas	-	-
Total de Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	**-**	**-**
Recebimentos Extraorçamentários		
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4.394,64	-
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	45.147,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	60.199,86	45.147,85
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Total dos Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**64.594,50**	**90.295,70**
Saldo do Exercício Anterior		
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	-	11.384,90
Caixa e Equivalentes de Caixa do RPPS	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Total do Saldo do Exercício Anterior (V)	**-**	**11.384,90**
TOTAL DOS INGRESSOS (V) = (I+II+III+IV+V)	**1.969.081,18**	**2.066.017,63**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

BALANÇO FINANCEIRO

Data-base: 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPÊNDIOS		
Despesa Orçamentária		
Recursos Não Vinculados	1.358.800,37	1.316.176,45
Recursos Vinculados (exceto RPPS)	-	-
Recursos Vinculados à Educação	-	-
Recursos Vinculados à Saúde	-	-
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	-
Recursos Vinculados à Previdência Social (exceto RPPS)	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	-	-
Demais Vinculações Legais	-	-
Outras Vinculações	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS	-	-
Recuros Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-	-
Recuros Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-
Recuros Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-	-
Total das Despesas Orçamentárias (VII)	**1.358.800,37**	**1.316.176,45**
Transferências Financeiras Concedidas		
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	545.686,31	648.160,58
Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	-	-
Total das Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	**545.686,31**	**648.160,58**
Outras Movimentações Financeiras Concedidas		
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	-	-
Bloqueio de Valores em Caixa	-	-
Outras Movimentações Concedidas	-	-
Total de Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)	**-**	**-**
Pagamentos Extraorçamentários		
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	-	1.570,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	-	9.814,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	60.199,86	45.147,85
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	45.147,85
Total dos Pagamentos Extraorçamentários (X)	**60.199,86**	**101.680,60**
Saldo para o Exercício Seguinte		
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	4.394,64	-
Caixa e Equivalentes de Caixa do RPPS	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Total do Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	**4.394,64**	**-**
TOTAL DOS DISPÊNDIOS (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	**1.969.081,18**	**2.066.017,63**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Balanço Financeiro
QUADRO DO DETALHAMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA
Data-base: 31/12/2024

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
	(a)	(b)	(c)=(a-b)	(d)	(e)	(f)=(d-e)
Recursos Não Vinculados	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Recursos Vinculados (exceto RPPS)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Recursos Vinculados à Educação	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados à Saúde	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados à Previdência Social (exceto RPPS)	-	-	-	-	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	-	-	-	-	-	-
Demais Vinculações Legais	-	-	-	-	-	-
Outras Vinculações	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Recuros Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-	-	-	-	-	-
Recuros Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-	-	-	-	-
Recuros Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Data-base: 31/12/2024

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
Receitas Correntes (I)	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital (II)	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária				-
Contratual				-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária				-
Contratual				-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**-**	**-**	**-**	**-**
Déficit (VI)	2.499.000,00	1.899.000,00	1.358.800,37	
TOTAL (VII) = (V+ VI)	**2.499.000,00**	**1.899.000,00**	**1.358.800,37**	**(540.199,63)**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	**-**	**-**	**-**	**-**
Recursos arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro		-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Data-base: 31/12/2024

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da dotação (j)=(f-g)
Despeas Correntes (VIII)	**1.804.000,00**	**1.819.544,00**	**1.337.369,37**	**1.333.550,73**	**1.333.550,73**	**482.174,63**
Pessoal e Encargos Sociais	1.232.000,00	1.237.916,00	1.021.971,94	1.021.971,94	1.021.971,94	215.944,06
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	572.000,00	581.628,00	315.397,43	311.578,79	311.578,79	266.230,57
Despesas de Capital (IX)	**695.000,00**	**79.456,00**	**21.431,00**	**20.855,00**	**20.855,00**	**58.025,00**
Investimentos	695.000,00	79.456,00	21.431,00	20.855,00	20.855,00	58.025,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortizações da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (X)	**-**	**-**				**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) =(VIII + IX + X)	**2.499.000,00**	**1.899.000,00**	**1.358.800,37**	**1.354.405,73**	**1.354.405,73**	**540.199,63**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária						-
Otras Dívidas						-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária						-
Otras Dívidas						-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)	**2.499.000,00**	**1.899.000,00**	**1.358.800,37**	**1.354.405,73**	**1.354.405,73**	**540.199,63**
Superávit (XIV)	-	-	-	-	-	
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**2.499.000,00**	**1.899.000,00**	**1.358.800,37**	**1.354.405,73**	**1.354.405,73**	**540.199,63**
Reserva do RPPS	**-**	**-**				

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Balanço Orçamentário
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Data-base: 31/12/2024

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dez. do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)
Despeas Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortizações da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Balanço Orçamentário
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
Data-base: 31/12/2024

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dez. do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
Despeas Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortizações da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Data-base: 31/12/2024

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos	**1.964.686,54**	**2.009.484,88**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originária	-	-
Transferências recebidas	1.904.486,68	-
Outros Ingressos Operacionais	60.199,86	2.009.484,88
Desembolsos	**1.939.436,90**	**1.993.141,57**
Pessoal e demais despesas	1.333.550,73	1.274.610,52
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	545.686,31	25.222,62
Outros desembolsos operacionais	60.199,86	693.308,43
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	**25.249,64**	**16.343,31**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**Exercício Atual**	**Exercício Atual**
Ingressos	**-**	**-**
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	**20.855,00**	**27.728,21**
Aquisição de ativo não circulante	20.855,00	27.728,21
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	**(20.855,00)**	**(27.728,21)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**Exercício Atual**	**Exercício Atual**
Ingressos	**-**	**-**
Operações de crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	**-**	**-**
Amortização /Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**Exercício Atual**	**Exercício Atual**
Caixa Líquido Gerado	**4.394,64**	**(11.384,90)**
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	-	11.384,90
Caixa e Equivalente de caixa final	4.394,64	-

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Demonstração dos Fluxos de Caixa
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
Data-base: 31/12/2024

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras transferências correntes recebidas	1.904.486,68	-
Total das Transferências Recebidas	**1.904.486,68**	**-**

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais	-	-
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	-	25.222,62
Outras transferências concedidas	545.686,31	-
Total das Transferências Concedidas	**545.686,31**	**25.222,62**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Demonstração dos Fluxos de Caixa
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
Data-base: 31/12/2024

FUNÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	844.552,49	808.771,61
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	488.998,24	465.838,91
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e lazer	-	-
Encargos especiais	-	-
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**1.333.550,73**	**1.274.610,52**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - RS
CÂMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 12.292.535/0001-62

Demonstração dos Fluxos de Caixa
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
Data-base: 31/12/2024

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**

Fonte: MS Excel; Órgão emissor: Secretaria da Fazenda / Setor de Contabilidade; Data de emissão: 19/02/2025, às 13:23

EVERTON DA ROSA
Contador CRC nº RS-076595/O-3
CPF nº 962.670.200-10

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 485.758.280-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Financeiro de 2024, findo em 31 dez. 2024

Referentes à Câmara de Vereadores do Município de Independência / RS

CNPJ nº 12.292.535/0001-62

CONTEXTO OPERACIONAL

A Câmara de Vereadores é entidade do Poder Legislativo, sem personalidade jurídica, integrante do município de Independência, este que constitui Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cujas Demonstrações Contábeis são regidas pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei Federal nº 4.320/1964 e demais atos legais e normativos de Direito Financeiro Público, em especial o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Tem em suas atividades e operações de natureza predominante legislativa e fiscalizatória do Poder Executivo.

Entidades Abrangidas

Estas demonstrações contábeis abrangem as seguintes entidades integrantes da Administração Direta:

1. Câmara de Vereadores;

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis obedecem às estruturas do MCASP e das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC).

As Demonstrações Contábeis são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei nº 4.320/1964, na LC 101/2000, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade, mais especificamente as NBC TSP

As regras para a elaboração das demonstrações contábeis têm por base as contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), cuja utilização é obrigatória para a União, os Estados, o Distrito Federal e para os Municípios.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Regimes de Competência

O setor público brasileiro se sujeita a dois regimes de competência distintos: o regime de competência orçamentária e o regime de competência contábil.

O regime de competência orçamentária decorre do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/1964, o qual estabelece que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O regime de competência contábil decorre primariamente da doutrina contábil e estabelece que o registro contábil é realizado na data de ocorrência do fato gerador, independentemente de quando se deu ou dará o ingresso ou dispêndio de caixa.

Assim, é possível que do ponto de vista da interrelação entre ambos os regimes, os aspectos patrimoniais dos eventos possam ocorrer antes, durante ou após o evento orçamentário.

Quanto a receita, a normalidade dos eventos implicam no reconhecimento da variação patrimonial aumentativa antes ou no momento da arrecadação da receita orçamentária.

Do lado da despesa, na normalidade, o impacto patrimonial acontece de forma concomitante à liquidação da despesa, visto que, de forma geral, momento em que se reconhece uma variação patrimonial diminutiva ou uma variação aumentativa no ativo, em contrapartida do reconhecimento de uma obrigação.

Caixa e Equivalente de Caixa

Registro das Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa são registradas de forma segregada por fonte de recursos, conforme determina o art. 50, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000.

Salvo situações excepcionais e em valores não relevantes, as disponibilidades de caixa e equivalentes permaneceram aplicadas no mercado financeiro ou em poupança enquanto não utilizadas.

Os recursos extraorçamentários arrecadados foram contabilizados de forma segregada dos demais recursos, inclusive quanto à fonte de recursos.

As disponibilidades de caixa e equivalentes foram depositadas em instituições financeiras oficiais conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.

Em virtude de a operacionalização dos pagamentos relativos à folha de pagamento de pessoal estar contratada com a cooperativa de crédito SICREDI, o município mantém conta bancária naquela instituição financeira para utilização transitória dos recursos durante o processamento da folha de pagamento.

Rendimentos Financeiros das Disponibilidades

As valorizações do montante depositado em aplicações financeiras foram registradas mensalmente no ativo em contrapartida das variações patrimoniais aumentativas, sendo executadas orçamentariamente como receitas orçamentárias do período.

As desvalorizações do montante depositado em aplicações financeiras foram registradas mensalmente no ativo em contrapartida das variações patrimoniais diminutivas, sendo executadas orçamentariamente como deduções das receitas orçamentárias do período até o limite da receita orçamentária arrecadada acumulada. Os montantes que ultrapassaram a arrecadação acumulada foram registrados apenas patrimonialmente através de variações patrimoniais diminutivas.

Os rendimentos financeiros obtidos pela aplicação das disponibilidades do Poder Legislativo no mercado financeiro são registrados como receita extraorçamentária na Câmara, uma vez que o Poder Legislativo não registra receitas orçamentárias. O registro orçamentário acontece na Prefeitura mediante o registro da despesa extraorçamentária na Câmara. Concomitantemente a isso, registra-se uma antecipação do repasse de duodécimo do Executivo para o Legislativo. Dessa forma, compensa-se a despesa extraorçamentária e a receita orçamentária com a antecipação do duodécimo evitando o trânsito financeiro entre Prefeitura e Câmara.

Créditos a Receber

Os créditos a receber foram registrados parcialmente pelo regime de competência.

A segregação em circulante e não circulante foi feita tomando como data-base a data das demonstrações contábeis, sendo que os ativos e passivos cuja expectativa de recebimento seja de até doze meses após a data das demonstrações foram classificados no curto prazo (circulante) e os demais, classificados no longo prazo (não circulante).

Créditos a Receber por Competência

Durante o exercício financeiro foram registrados os seguintes créditos por competência:

1) Duodécimo a receber.

Ajustes para Perdas de Créditos a Receber

Os ajustes para perdas de créditos a receber foram contabilizados no longo e curto prazo de acordo com a composição percentual dos saldos a receber em cada categoria.

Os ajustes para perdas de créditos a receber foram estimados para os valores de dívida ativa visto serem estes os mais relevantes e passíveis de maiores perdas.

Não houve ajustes nesse sentido.

Responsabilidades em Apuração

Na identificação de possível dano ao erário, quando instaurado processo para apuração da responsabilidade, se dado ao conhecimento do Serviço de Contabilidade, o fato é registrado em contas de controle de acordo com a natureza do fato investigado.

Quando ocorre a conclusão do processo de identificação da responsabilidade, sendo identificado responsável e a ele atribuído valor a indenizar à entidade, quando do conhecimento pelo Serviço de Contabilidade, o valor registrado como “em apuração” é baixado para que se efetue o registro no ativo como crédito a receber decorrente de dano ao patrimônio público.

Contudo, o fluxo de informações e o controle é deficiente fazendo com que em algumas vezes, o registro ocorra apenas quando ocorre a restituição do valor, momento em que é dado o conhecimento dos fatos ao Serviço de Contabilidade.

Estoques

A entidade utiliza o sistema informatizado de controle de estoques. Diante deste cenário, as aquisições de materiais passíveis de controle de estoque foram registradas como variação patrimonial diminutiva já no momento da liquidação do empenho. Mensalmente, o sistema informatizado de estoques realiza o ajuste entre as VPDs e a conta do Ativo de Estoques.

Em que pese a legislação aplicável determinar a avaliação dos estoques no setor público pela média ponderada das compras, diante da documentação apresentada pela comissão de levantamento de estoques não é possível afirmar que esse foi o método adotado por elas na valoração dos itens inventariados.

Com a informatização, a avaliação dos estoques passa ser feita pelo custo de aquisição.

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Normalmente este grupo de contas registra os pagamentos antecipados de assinaturas de periódicos e seguros patrimoniais, que são apropriados mensalmente durante a vigência das respectivas assinaturas e apólices.

Já as diárias de viagem são apropriadas na liquidação da despesa tendo em vista que se trata de direito do beneficiário cabendo a sua devolução tão somente se a viagem não ocorrer ou se o retorno for antecipado, sendo esse o fato gerador de eventual crédito para a Fazenda Pública.

Suprimentos de Fundos - Adiantamentos

A entidade utiliza o instituto de suprimento de fundos (adiantamento) para o pagamento de despesas que não podem ser submetidas ao regime normal de execução da despesa.

O processo de suprimento de fundos implica na entrega de numerário diretamente ao servidor responsável pela despesa, por meio de empenho, o qual deve prestar contas da utilização dos recursos.

Na entrega do recurso ao servidor responsável, mediante o pagamento de empenho, é registrada uma VPD a apropriar no ativo e o registro do valor a prestar contas em contas de controle.

Quando o servidor apresenta a prestação de contas e ela é aprovada, apropria-se a variação patrimonial diminutiva e os registros das contas de controle são atualizados.

Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é controlado de forma analítica pelo Setor de Patrimônio e de forma sintética pelo Serviço de Contabilidade, havendo integração entre os respectivos sistemas informatizados para o registro automatizado das movimentações.

Os itens registrados no Ativo Imobilizado são avaliados pelo método de custo quando adquiridos de forma onerosa. Os itens recebidos em doação ou por meio de outras formas não onerosas são reconhecidos pelo valor de avaliação constante no instrumento de transferência ou, no caso de omissão do valor, de acordo com a avaliação de Comissão especificamente nomeada para esse fim.

Atualmente, dada a falta de materialidade e dificuldades procedimentais, custos de instalação de equipamentos não estão sendo incorporados ao valor contábil do bem instalado.

As obras em andamento de valor relevante são apropriadas em conta contábil do imobilizado própria até sua conclusão, quando são então transferidas para a conta contábil do imobilizado adequada com o tipo de bem imóvel produzido, com o correspondente registro pelo Setor de Patrimônio.

A depreciação, amortização e exaustão obedecem ao regramento do Decreto Municipal nº 184/2019.

A depreciação, a amortização e a exaustão são calculadas mensalmente, para todos os bens depreciáveis registrados no Ativo Imobilizado da entidade, obedecendo-se ao decreto regulamentador, às Normas Brasileiras de Contabilidade e às demais normas aplicáveis, em especial as editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

O cálculo da depreciação, amortização e exaustão fica a cargo do Setor de Patrimônio, obedecidas as orientações e diretrizes do Setor de Contabilidade.

Para fins de determinação da vida útil do bem, existe tabela padronizada por conta patrimonial elaborada pelo Setor de Contabilidade.

Regulamentação

O regulamento do controle patrimonial do município encontra-se expresso no Decreto Municipal nº 184/2019 que estabelece entre outras regas, as seguintes:

1. Válido para todos os órgãos do município, inclusive quanto à Câmara de Vereadores;
2. Material permanente é caracterizado como aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde sua identidade física, e/ou tem durabilidade superior a dois anos;

Material Permanente x Material de Consumo

Será classificado como material de consumo aquele que apresentar uma das seguintes características:

1. Durabilidade, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;
2. Fragilidade, cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;
3. Perecibilidade, quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;
4. Incorporabilidade, quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e
5. Transformabilidade, quando adquirido para fim de transformação.

Os materiais permanentes não tombados serão controlados por relação carga.

De regra, são tombados os bens classificados como material permanente.

Anualmente, os órgãos municipais devem enviar ao Serviço de Contabilidade a movimentação dos bens controlados por relação carga para fins de atualização dos registros contábeis. Entretanto isso não aconteceu neste exercício financeiro.

Contabilização

Para fins de possibilitar a integração dos sistemas, no momento da liquidação da despesa é utilizada uma conta transitória de bens móveis a classificar que irá receber o valor devedor liquidado. Tal conta será creditada por ocasião do registro do bem no sistema patrimonial, em contrapartida a um débito na conta contábil adequada ao tipo de ativo imobilizado.

Eventualmente, ocorrem aquisições de bens classificados como equipamento ou material permanente que são, por razões diversas, classificados orçamentariamente como material de consumo. Nessa circunstância, são registrados no sistema contábil em conta do imobilizado denominada MATERIAL PERMANENTE EMPENHADO COMO MATERIAL DE CONSUMO.

Obras em Andamento

As obras em andamento são apropriadas em conta contábil do imobilizado própria até sua conclusão, quando são então transferidas para a conta contábil do imobilizado adequada com o tipo de bem imóvel produzido, com o correspondente registro pelo Setor de Patrimônio.

Depreciação, Exaustão e Amortização

A depreciação, amortização e exaustão obedecem ao regramento do Decreto Municipal nº 184/2019.

A depreciação, a amortização e a exaustão são calculadas mensalmente, para todos os bens depreciáveis registrados no Ativo Imobilizado da entidade, obedecendo-se ao decreto regulamentador, às Normas Brasileiras de Contabilidade e às demais normas aplicáveis, em especial as editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Consideram-se bens não depreciáveis:

1. Bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;
2. Bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
3. Animais que se destinam à exposição e à preservação;
4. Terrenos rurais e urbanos;

O cálculo da depreciação, amortização e exaustão fica a cargo do Setor de Patrimônio, obedecidas as orientações e diretrizes do Setor de Contabilidade.

A depreciação, a amortização e a exaustão de um ativo começam quando o item estiver em condições de uso.

A depreciação, a amortização e a exaustão de um ativo não cessam quando o ativo se torna obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

Para o cálculo da depreciação, amortização e exaustão, o Setor de Patrimônio poderá utilizar um dos seguintes métodos:

1. Método das quotas constantes;
2. Método da soma dos dígitos;
3. Método das Unidades Produzidas.

É possível adotar métodos distintos para cada bem ou espécie de bens, conforme as características próprias e técnicas existentes.

Atualmente, todos os itens em depreciação utilizam o método das quotas constantes.

A alteração de método de cálculo somente poderá ocorrer entre um exercício e outro, devendo ser evidenciadas pelo Setor de Contabilidade quando da elaboração das Demonstrações Contábeis.

Para bens adquiridos novos, a depreciação será calculada pela alíquota mensal completa, independentemente da data de aquisição ou instalação do bem.

Para fins de determinação da vida útil do bem, existe tabela padronizada por conta patrimonial elaborada pelo Setor de Contabilidade.

Tabela 1 Vida útil considerada para fins de depreciação.

Classe de ativo	Vida útil
Equipamentos e ferramentas	10 anos
Bens de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	10 anos
Veículos	5 anos
Demais bens móveis	10 anos
Bens imóveis	25 anos
Instalações	10 anos

Reavaliação

A reavaliação obedece ao regramento do Decreto Municipal nº 184/2019.

O procedimento de reavaliação deve ser conduzido por Comissão composta para tal fim, sob orientação e supervisão do Serviço Patrimonial e orientação do Setor de Contabilidade, os quais não a integrarão.

A reavaliação dos componentes do Ativo Imobilizado deve ocorrer, pelo menos:

1. Anualmente, para as contas ou grupos de contas cujos valores de mercado variem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
2. Sempre que ocorrer um fato que altere ou possa alterar significativamente o valor de mercado de determinado bem;
3. Anteriormente a alienações de bens do Ativo Imobilizado;
4. A cada quatro anos, para os demais casos.

A reavaliação dos bens móveis levará em consideração o valor de mercado do bem novo, o estado de conservação do bem, o período já utilizado da vida útil do bem e o período estimado de utilização futura do bem.

Inventário de Bens Móveis e Imóveis

O inventário geral do imobilizado está previsto no Decreto Municipal nº 184/2019.

Anualmente deve ser realizado pelas Comissões Setoriais de Inventário Patrimonial o inventário de bens patrimoniais nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 4.320/64.

Apropriação de Férias e Décimo Terceiro Salário por Competência

Os valores estimados de férias e 13º salário foram calculados pelo sistema informatizado de pessoal e são apropriados mensalmente.

Quanto as férias, são apropriados os valores relativos ao 1/3 constitucional tendo em vista que a configuração de eventos do sistema de folha de pagamentos não possibilita a separação do que é férias (principal) e o que é vencimentos quando do empenho da folha de pagamento mensal. Assim, apenas é possível a apropriação mensal do adicional de 1/3. Essa apropriação considera apenas os servidores com férias vencidas no período.

No que se refere o 13º salário, também conhecido como adicional natalino, a apropriação acontece mensalmente na razão de 1/12 da remuneração dos servidores.

Os encargos patronais sobre essas apropriações são feitos apenas na competência em que são efetivamente empenhados tendo em vista que também não há condições de segregar os encargos de férias e 13º salário dos encargos normais no momento da liquidação da despesa para fins de baixa.

O reconhecimento do prêmio assiduidade a pagar por competência não é feita em virtude de que o sistema informatizado de folha de pagamento não possui condições de fornecer as informações necessárias para a integração. Além disso, os prêmios por assiduidade devidos são pagos no mês de constituição do direito.

Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

A gestão de riscos fiscais e passivos contingentes é incipiente na entidade tendo em vista que há extrema dificuldade na circulação das informações necessárias à identificação e mensuração desses elementos.

Em que pese tais dificuldades, ainda assim, quando o Serviço de Contabilidade identifica a existência de um risco fiscal ou passivo contingente cujo suporte documental possibilite a sua mensuração, o registro é feito.

Quanto aos passivos contingentes atualmente identificados, estão as ações judiciais nas quais a entidade é condenada em primeira instância.

Quanto as dívidas em processo de reconhecimento, quando o Serviço de Contabilidade toma conhecimento, com suporte documental, de que existe uma possível dívida da entidade, após informar a autoridade competente, o registro é feito até que se tenha o reconhecimento ou não da dívida.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Caixa e Equivalente de Caixa

As disponibilidades de caixa foram registradas em contas contábeis apartadas para cada vinculação de recursos, utilizando-se contas contábeis segregadas para as contas de caixa, movimento, aplicação e depósitos e valores restituíveis.

Tabela 2 Resumo da movimentação das contas de Caixa e Equivalente de Caixa

Tipo de conta	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta Movimento	0,00	3.738.949,51	3.743.344,15	4.394,64
Conta Aplicação	0,00	1.888.687,76	1.888.687,76	0,00
Depósitos e Valores Restituíveis	0,00	713,18	713,18	0,00
Total	**0,00**	**5.628.350,45**	**5.632.745,09**	**4.394,64**

A conta Caixa não apresentou movimentação, visto que a entidade não recebe nem paga mais em espécie.

Estoques

Em 2024, a entidade utilizou controle informatizado de estoques sendo que, por ocasião do encerramento do exercício, uma comissão efetuou o levantamento dos estoques de forma que foi possível realizar conciliar o saldo contábil e o saldo de estoques inventariado implementado no sistema informatizado.

Não houveram ajustes no saldo contabilizado de estoques.

Variações Pagas Antecipadamente

Durante o exercício financeiro foram movimentadas contas de VPD a apropriar referentes a alugueis, prêmios de seguros, assinaturas e anuidades, termos de fomento e convênios, entre outras.

Tabela 3 Resumo da movimentação das contas de VPD a apropriar

Natureza	Saldo inicial	Inscrições	Baixas	Saldo final
Prêmios de seguros	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos financeiros do Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Assinaturas e anuidades	0,00	75,00	150,00	75,00
Alugueis pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcerias e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Vale-passagem	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrições pagas antecipadamente	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**75,00**	**150,00**	**75,00**

Imobilizado

O detalhamento do Ativo Imobilizado pode ser verificado no Quadro do Detalhamento do Ativo Imobilizado que integra o Balanço patrimonial.

Os detalhes sobre a contabilização da depreciação e demais políticas contábeis sobre o Imobilizado constam em Principais Políticas Contábeis / Ativo Imobilizado.

Passivo Financeiro, Contas a Pagar e Restos a Pagar Processados

No encerramento do exercício, a posição de contas a pagar integrantes do Passivo Financeiro (contas a pagar com execução orçamentária, ou seja, com empenhos liquidados e não pagos), incluindo os restos a pagar processados tinha a seguinte composição:

Tabela 4 Composição das Contas a Pagar com execução orçamentária

Conta a pagar	Saldo final
Contribuição ao RGPS sobre salários e remunerações	0,00
Fornecedores do exercício	0,00
Fornecedores de exercícios anteriores - restos a pagar processados	0,00
PASEP a recolher	0,00
Retenções previdenciárias (INSS) - PJ	0,00
Retenções previdenciárias (INSS) - Produtor Rural	0,00
Retenções previdenciárias (INSS) - Folha de Pagamento	0,00
Total	**0,00**

Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

No exercício das demonstrações contábeis, não houve ajustes nesta conta.

Atos Potenciais Ativos

Os atos potenciais ativos representam atos e fatos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio da entidade.

Com relação aos atos potenciais ativos, nenhum registro contábil foi realizado.

Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos representam atos e fatos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio da entidade.

Tabela 5 Detalhamento dos Atos Potenciais Passivos

Natureza do ato	Saldo final
Convênios a comprovar	0,00
Contratos de serviços	0,00
Contratos de fornecimento de bens	0,00
Outras obrigações contratuais	0,00
Precatórios não incluídos em orçamento	0,00
Total	**0,00**

Nos valores da Tabela 5 Detalhamento dos Atos Potenciais Passivos estão compreendidos apenas os valores a executar, conforme preceituam as normas de elaboração das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições

multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Tabela 6 Detalhamento das Transferências e Delegações Recebidas

Transferências e Delegações Recebidas	**Saldo final**
Recebimento de duodécimo	1.904.486,68
Transferências Recebidas de Bens Imóveis	0,00
Total	**1.904.486,68**

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

Tabela 7 Detalhamento das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**Saldo final**
Incorporação do duodécimo a receber	2.499.423,52
Reavaliação de ativos decorrentes de conciliação de saldos	1.111,67
Total	**2.500.535,19**

Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Tabela 8 Detalhamento da VPD de Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos	**Saldo final**
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil - RPPS	41.857,64
Outras despesas variáveis - pessoal civil - RPPS	0,00
Sentenças judiciais - RPPS	0,00
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil - RGPS	877.498,09
Outras despesas variáveis - pessoal civil - RGPS	0,00
Sentenças judiciais - RGPS	0,00
Contratação por tempo determinado	0,00
Encargos Patronais – RGPS	63.369,13
Encargos Patronais - FGTS	0,00
Encargos Patronais – RPPS	26.507,07
Total	**1.009.231,93**

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Tabela 9 Detalhamento da VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Saldo final
Aposentadorias RPPS	0,00
Pensões RPPS	0,00
Auxílio-doença	0,00
Salário maternidade	0,00
Salário-família	0,00
Total	**0,00**

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Tabela 10 Detalhamento da VPD de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	Saldo final
Consumo de material	51.456,75
Diárias	113.355,16
Serviços de terceiros – PF	7.200,00
Serviços de terceiros – PJ	131.089,35
Depreciação de bens móveis	12.773,68
Depreciação de bens imóveis	0,00
Total	**315.874,94**

Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

Tabela 11 Detalhamento das Transferências e Delegações Concedidas

Transferências e Delegações Concedidas	Saldo final
Devolução de duodécimo recebido	545.686,31
Transferências concedidas de bens móveis	1.333,17
Total	**547.019,48**

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Tabela 12 Detalhamento da Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	Saldo final
Reavaliação de bens móveis	0,00
Reavaliação de bens imóveis	0,00
Reavaliação de ativos decorrentes de conciliação de saldos	9.380,78
Ajuste para perdas de créditos tributários	0,00
Ajuste para perdas em dívida ativa não tributária	0,00
Devalorização dos investimentos do RPPS	0,00
Perdas involuntárias de bens móveis	0,00
Baixa de ativos irrecuperáveis	0,00
Cancelamento de dívida ativa tributária	0,00
Desincorporação de duodécimo a receber	1.899.423,52
Total	**1.908.804,30**

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Tabela 13 Detalhamento de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	Saldo final
Premiações desportivas	0,00
Vale-compras	0,00
Premiações para sorteio	0,00
VPD de constituição de provisões matemáticas previdenciárias	0,00
VPD de provisão para riscos cíveis	0,00
Indenizações, restituições e ressarcimentos	21.405,97
Compensações ao RGPS	0,00
Auxílio assistencial	0,00
Total	**21.405,97**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) das entidades do setor público.

Cabe destacar que a Câmara não arrecada receitas em termos orçamentários, sendo que os recursos financeiros para custeio de suas despesas provêm do repasse financeiro do duodécimo recebido do Poder Executivo. Por isso, o balanço orçamentário apresenta desequilíbrio entre receitas e despesas.

Despesas Executadas por Tipo de Crédito

Embora o MCASP indique a necessidade da demonstração da despesa executada por tipo de crédito adicional, essa informação não é possível de ser extraída do sistema contábil pois não existe controle da despesa sob essa perspectiva.

Tratamento de Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Encerramento do Exercício

No exercício das demonstrações contábeis não restaram restos a pagar não processados liquidados a pagar.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Contabilização das retenções

As retenções são contabilizadas como recolhidas quando do efetivo pagamento dos empenhos ao qual se vinculam.

As retenções que se incorporam ao patrimônio público são registradas no momento do pagamento dos empenhos vinculados por meio de receita orçamentária. Já as retenções onde a entidade atua como mero intermediário, são executadas extra-orçamentariamente e ficam registradas em contas contábeis específicas, inclusive com um código de fonte de recurso próprio até o seu recolhimento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de

aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa. Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Atividades de investimento são aquelas referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento.

Atividades Operacionais

O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um indicador-chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas:

1. por meio de tributos (direta e indiretamente);
2. pelos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela entidade.

O montante dos fluxos de caixa das atividades operacionais também auxilia ao demonstrar a condição da entidade de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuições similares e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento. Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público proporcionam uma indicação da proporção em que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças.

São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades operacionais:

1. recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas;
2. recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
3. recebimentos de caixa de concessões ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentárias realizadas por outros entes ou entidades do setor público;
4. recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas;
5. pagamentos em caixa a outras entidades do setor público para financiar suas operações (não inclui empréstimo);
6. pagamentos em caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;
7. pagamentos em caixa a empregados ou em nome de empregados;
8. recebimentos de caixa de sinistros e outros benefícios da apólice; e pagamentos em caixa de prêmios, anuidades, em transações com seguradora;
9. pagamentos em caixa de tributos sobre o patrimônio ou a renda (quando aplicável) em relação a atividades operacionais;
10. recebimentos e pagamentos em caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda;
11. recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes de operações descontinuadas; e
12. recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes da solução de litígios.de Investimento.

Atividades de Investimento

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade. Somente saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de investimento:

1. pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo. Esses pagamentos incluem os custos de desenvolvimento ativados e ativos imobilizados de construção própria;
2. recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo;
3. pagamentos para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto (exceto aqueles mantidos como equivalentes de caixa, mantidos para negociação imediata ou disponível para venda);
4. recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto (exceto aqueles mantidos como equivalentes de caixa, mantidos para negociação imediata ou disponível para venda);
5. adiantamentos em caixa e empréstimos concedidos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira pública);
6. recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (exceto adiantamentos e empréstimos concedidos por instituição financeira pública);
7. pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
8. recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Quando o contrato for contabilizado como hedge de posição identificável, os fluxos de caixa do contrato devem ser classificados do mesmo modo como foram classificados os fluxos de caixa da posição que estiver sendo protegida.

A NCT TSP 12 faculta a utilização alternativa do método direto ou indireto para a elaboração do fluxo de caixa das atividades operacionais, incentivando a utilização do primeiro. Para fins de padronização optou-se pela utilização no método direto como obrigatório para todos os entes da Federação. No método direto são informadas as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos.

Atividades de financiamento

A divulgação dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento é importante para a previsão de exigências de fluxos futuros por parte dos provedores de capital. São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de financiamento:

1. caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e de longo prazos;
2. amortização de empréstimos e financiamentos que foram contraídos; e
3. pagamentos em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

EVERTON DA ROSA
Contador
CRC RS-076595/O-3

JOSÉ DA SILVA RICHTER
Presidente da Câmara
CPF 485.758.280-53